

# ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Sumário</i> .....	V
Procedimentos Especiais	
Parte XVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	
Capítulo LII – Procedimentos Especiais	
§ 181 – Generalidades	
1.193 – Conceito .....	3
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais .....	4
1.195 – Técnicas de especialização procedimental .....	5
1.196 – Complementação das regras procedimentais .....	6
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais .....	7
1.198 – Erro na adoção do procedimento .....	7
Capítulo LIII – Ação de Consignação em Pagamento	
§ 182 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199 – O direito de pagar .....	11
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor .....	12
1.201 – A ação de consignação em pagamento .....	12
1.202 – Histórico da consignação em pagamento .....	13
§ 183 – O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203 – Natureza do instituto da consignação .....	14
1.204 – Natureza processual da ação de consignação .....	15
1.205 – Prestações passíveis de consignação .....	16
1.206 – Cabimento da consignação .....	16
1.207 – Liquidez da prestação devida .....	17
1.208 – Consignação principal e incidental .....	20
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i> .....	21
1.210 – Competência .....	23
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida .....	24
1.212 – Oportunidade da consignatória .....	25
1.213 – Objeto da consignação .....	27
1.214 – Obrigação de prestações periódicas .....	28
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas .....	29
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos .....	30
1.217 – O procedimento especial da consignatória .....	30
1.218 – Obrigações alternativas .....	31
1.219 – Valor da causa .....	32
1.220 – Resposta do demandado .....	33

1.221	– Comparecimento do credor para receber . . . . .	33
1.222	– Não-comparecimento e revelia do demandado . . . . .	34
1.223	– Levantamento do depósito pelo devedor . . . . .	35
1.224	– Contestação . . . . .	36
1.225	– Matéria de defesa . . . . .	36
1.226	– Complementação do depósito insuficiente . . . . .	37
1.227	– Sentença . . . . .	39
1.228	– Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito . . . . .	39
1.229	– Particularidades da consignação por dívida . . . . .	39
1.230	– A posição dos possíveis credores . . . . .	40
1.231	– Resgate da enfiteuse . . . . .	42
1.231-a.	– A Consignação de aluguéis e outros encargos locatícios . . . . .	43
1.231-b.	– A Consignação de obrigação em dinheiro . . . . .	45

#### Capítulo LIV – Ação de Depósito

§ 184	– O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232	– Conceito e espécies de depósito . . . . .	49
1.233	– Ação de depósito . . . . .	50
1.234	– Histórico . . . . .	50
1.235	– Natureza da ação . . . . .	51
1.236	– Objeto da pretensão . . . . .	52
§ 185	– O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237	– Pressupostos da ação . . . . .	54
1.238	– Legitimação . . . . .	55
1.239	– Competência . . . . .	56
1.240	– Especialidade do procedimento . . . . .	56
1.241	– Caráter expedito do procedimento . . . . .	57
1.242	– Prisão civil . . . . .	57
1.243	– Resposta do demandado . . . . .	59
1.244	– Entrega da coisa . . . . .	59
1.245	– Consignação do equivalente econômico . . . . .	60
1.246	– Consignação da própria coisa . . . . .	60
1.247	– Contestação . . . . .	61
1.248	– Sentença e execução . . . . .	62
1.249	– Outras providências executivas . . . . .	63
1.250	– Depositário judicial . . . . .	63
1.251	– Penhor mercantil . . . . .	65
1.252	– Alienação fiduciária em garantia . . . . .	67

#### Capítulo LV – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 186	– Títulos ao Portador	
1.253	– Tutela processual do título ao portador . . . . .	69
1.254	– Títulos ao portador tuteláveis . . . . .	69
§ 187	– Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255	– Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador . . . . .	71
1.256	– Ação de reivindicação . . . . .	71
1.257	– Ação de anulação e substituição . . . . .	73
1.258	– Legitimação . . . . .	73
1.259	– Competência . . . . .	73
1.260	– Especialidade do procedimento (petição inicial e citações) . . . . .	74

1.261	– Justificação liminar . . . . .	75
1.262	– Contestação . . . . .	76
1.263	– Posição processual do devedor . . . . .	76
1.264	– Sentença . . . . .	77
1.265	– Ordem de substituição do título . . . . .	78
1.266	– Destruição do título . . . . .	79

### Capítulo LVI – Ação de Prestação de Contas

§ 188	– Generalidades	
1.267	– Conceito . . . . .	85
1.268	– Ação de dar e ação de exigir contas . . . . .	86
1.269	– Natureza jurídica . . . . .	86
1.270	– Cabimento . . . . .	87
1.271	– Legitimação e interesse . . . . .	88
1.272	– Prestação de contas dos administradores judiciais . . . . .	90
1.273	– Sociedade e prestação de contas . . . . .	90
1.274	– Ações matrimoniais e prestação de contas . . . . .	92
1.275	– Prestação de contas entre condôminos . . . . .	92
1.276	– Organização das contas . . . . .	93
1.277	– Prova das contas . . . . .	93
§ 189	– Ação de Exigir Contas	
1.278	– Ação de exigir contas . . . . .	95
1.279	– Procedimento da primeira fase . . . . .	95
1.280	– Reconvenção . . . . .	96
1.281	– Sentença da primeira fase . . . . .	97
1.282	– Procedimento da segunda fase . . . . .	97
1.283	– Contas elaboradas pelo autor . . . . .	98
1.284	– Sucumbência . . . . .	99
§ 190	– Ação de Dar Contas	
1.285	– Caráter unitário do procedimento . . . . .	101
1.286	– Procedimento . . . . .	101
1.287	– Sucumbência . . . . .	103
§ 191	– Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288	– Sentença e execução . . . . .	104

### Capítulo LVII – Ações Possessórias

§ 192	– Generalidades	
1.289	– A posse e seus efeitos . . . . .	107
1.290	– A razão da tutela possessória . . . . .	108
1.291	– O instituto da posse e a paz social . . . . .	109
1.292	– O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não-transitório) . . . . .	111
1.293	– Natureza jurídica da posse . . . . .	112
1.294	– Requisitos da tutela possessória . . . . .	115
§ 193	– Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295	– Origem dos interditos possessórios . . . . .	119
1.296	– As ações possessórias . . . . .	120
1.297	– Competência . . . . .	121
1.298	– Legitimação ativa . . . . .	121

1.299	– Legitimação passiva. . . . .	122
1.299-a	– Petição inicial. . . . .	122
1.300	– Procedimento: as ações de força nova e força velha . . . . .	123
1.301	– Medida liminar. . . . .	123
1.302	– A decisão sobre a liminar. . . . .	124
1.303	– Posse de coisas e posse de direitos . . . . .	125
1.304	– O petitório e o possessório. . . . .	126
1.305	– A exceção de propriedade no juízo possessório . . . . .	129
1.306	– Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro . . . . .	130
1.307	– Natureza dúplice das ações possessórias . . . . .	132
1.308	– Natureza real das ações possessórias . . . . .	133
1.309	– Natureza executiva do procedimento interdital . . . . .	134
1.310	– Cumulação de pedidos . . . . .	136
1.311	– Interdito proibitório . . . . .	137
§ 194	– Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312	– Embargos de terceiro . . . . .	139
1.313	– Medida liminar e mandado de segurança. . . . .	140
1.314	– Embargos de retenção . . . . .	141
1.315	– Nomeação à autoria e denunciação da lide . . . . .	141

#### Capítulo LVIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 195	– Generalidades	
1.316	– O direito de vizinhança e o direito de construir. . . . .	147
1.317	– Nunciação de obra nova. . . . .	148
1.318	– Conceito de obra nova . . . . .	150
§ 196	– Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319	– Competência . . . . .	151
1.320	– Legitimação ativa. . . . .	151
1.321	– Legitimação passiva. . . . .	153
1.322	– Participação do cônjuge . . . . .	153
1.323	– Embargo extrajudicial . . . . .	153
1.324	– Cumulação de pedidos . . . . .	154
1.325	– Embargo liminar . . . . .	155
1.326	– Prosseguimento da obra . . . . .	156
1.327	– Especialização do rito da nunciação de obra nova. . . . .	157
1.328	– Sentença e execução . . . . .	158

#### Capítulo LIX – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 197	– Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329	– Noção de usucapião . . . . .	161
1.330	– Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro . . . . .	161
1.331	– Requisitos gerais do usucapião . . . . .	162
1.332	– Requisitos do usucapião ordinário . . . . .	167
1.333	– Requisitos do usucapião extraordinário. . . . .	169
1.334	– Requisitos do usucapião especial. . . . .	171
§ 198	– Condições de Procedibilidade	
1.335	– Legitimação ativa. . . . .	173
1.336	– Legitimação passiva. . . . .	175

1.337	– Competência	177
1.338	– Conexão e litispendência	177
§ 199	– Procedimento	
1.339	– Procedimento	179
1.340	– Petição inicial	179
1.341	– Citação	181
1.342	– Justificação preliminar	181
1.343	– Contestação	182
1.344	– Revelia	183
1.345	– Pendência de possessória	184
1.346	– Ministério Público	184
1.347	– Instrução e julgamento	185
1.348	– Sentença	185
1.349	– Coisa julgada	186
1.350	– Registro de imóveis	187
1.351	– Usucapião como matéria de defesa	188

## Capítulo LX – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 200	– Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352	– Intróito	191
1.353	– Noções gerais	191
1.354	– As ações divisórias	192
1.355	– Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	192
1.356	– Caráter unitário do procedimento	193
1.357	– Procedimento	194
1.358	– Citação única	194
1.359	– Natureza da ação	195
1.360	– Competência	196
1.361	– Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	197
1.362	– Competência em caso de ações propostas separadamente	197
§ 201	– Ação de Demarcação	
1.363	– Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	199
1.364	– Legitimação passiva para a demarcação	200
1.365	– Cumulação de demarcatória e reivindicatória	201
1.366	– Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	202
1.367	– Roteiro geral do procedimento demarcatório	203
§ 202	– Ação de Divisão	
1.368	– Legitimação ativa para o procedimento divisório	206
1.369	– Legitimação passiva para a divisão	208
1.370	– Litisconsórcio passivo necessário	209
1.371	– Posição dos confrontantes na divisão	210
1.372	– Roteiro geral do procedimento divisório	211
§ 203	– Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373	– Divisão e demarcação de posse	213
1.374	– Questões possessórias	214
1.375	– Coisa julgada	214
1.376	– Rescisão do julgado divisório	216
1.377	– Exceção de prescrição	217

1.378	– Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária).....	218
1.379	– Formalidades importantes no juízo divisório.....	219
1.380	– Inépcia da petição inicial.....	219
1.381	– Execução de sentença.....	220

## Capítulo LXI – Inventário e Partilha

§ 204	– Disposições Gerais	
1.382	– Intróito.....	227
1.383	– Caráter contencioso do inventário.....	228
1.384	– Inventário negativo.....	228
1.385	– Competência.....	229
1.386	– Universalidade do foro sucessório.....	230
1.387	– Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	230
1.388	– Administração da herança.....	231
1.389	– O inventariante.....	232
1.390	– Encargos do inventariante.....	233
1.391	– Remoção do inventariante.....	234
1.392	– Legitimação para promover o inventário.....	236
§ 205	– Inventário	
1.393	– Procedimento.....	237
1.394	– Petição inicial.....	237
1.395	– Primeiras declarações.....	237
1.396	– Citações e interveniências.....	238
1.397	– Impugnação dos citados.....	239
1.398	– Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	240
1.399	– Avaliação.....	241
1.400	– Últimas declarações.....	242
1.401	– Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> .....	242
1.402	– Colações.....	243
1.403	– Sonogados.....	244
1.404	– Pagamento de dívidas do morto.....	245
§ 206	– Partilha	
1.405	– Espécies de partilha.....	247
1.406	– Partilha judicial. Deliberação.....	247
1.407	– Esboço e lançamento da partilha.....	249
1.408	– A sentença da partilha.....	250
1.409	– O formal de partilha.....	251
1.410	– Emenda ou retificação da partilha.....	251
1.411	– Pacto de não partilhar.....	252
§ 207	– Invalidação da Partilha	
1.412	– Ação de anulação e ação rescisória de partilha.....	255
1.413	– Conceituação de partilha judicial.....	255
1.414	– Conceituação de partilha amigável.....	258
1.415	– Casuísmo da rescisória de partilha.....	258
1.416	– Ação de nulidade de partilha.....	259
§ 208	– Arrolamento	
1.417	– Simplificação do inventário.....	262

1.418	– Arrolamento sumário do art. 1.031 . . . . .	262
1.419	– Arrolamento comum do art. 1.036. . . . .	264
1.419-a	– Lei nº 6.858, de 24.11.80 . . . . .	265
§ 209	– Disposições Comuns . . . . .	
1.420	– Medidas cautelares. . . . .	266
1.421	– Sobrepartilha . . . . .	267
1.422	– Curatela especial ao herdeiro. . . . .	267
1.423	– Inventários cumulados . . . . .	268
1.424	– Honorários de advogado . . . . .	268
1.425	– Extinção do processo por paralisação da causa . . . . .	269
1.426	– Assistência judiciária . . . . .	269
1.427	– Terceiros prejudicados . . . . .	270

### Capítulo LXII – Embargos de Terceiro

§ 210	– Generalidades . . . . .	
1.428	– Conceito . . . . .	277
1.429	– Natureza jurídica . . . . .	278
1.430	– Requisitos. . . . .	279
1.431	– Ato judicial atacável . . . . .	280
1.432	– Penhora de bem alienado em fraude contra credores. . . . .	281
1.433	– Casos especiais . . . . .	282
1.434	– Embargos a atos do juízo divisório . . . . .	282
1.435	– Embargos do credor com garantia real . . . . .	283
§ 211	– Procedimento . . . . .	
1.436	– Legitimação ativa. . . . .	285
1.437	– Legitimação passiva. . . . .	288
1.438	– Oportunidade . . . . .	289
1.439	– Competência . . . . .	290
1.440	– Procedimento . . . . .	290
1.441	– Sentença . . . . .	292

### Capítulo LXIII – Habilitação

§ 212	– Procedimento da Substituição da Parte Falecida . . . . .	
1.442	– Conceito . . . . .	295
1.443	– Legitimidade para requerer a habilitação. . . . .	296
1.444	– Competência . . . . .	296
1.445	– Procedimento . . . . .	296
1.446	– Ação de habilitação . . . . .	297
1.447	– Habilitação do adquirente e do cessionário . . . . .	297
1.448	– Efeito do deferimento da habilitação. . . . .	298
1.449	– Habilitação direta nos autos do processo principal . . . . .	298

### Capítulo LXIV – Restauração de Autos

§ 213	– Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos . . . . .	
1.450	– Conceito . . . . .	303
1.451	– Objetivo do procedimento . . . . .	304
1.452	– Legitimidade . . . . .	304
1.453	– Competência . . . . .	304
1.454	– Procedimento . . . . .	305
1.455	– Julgamento da restauração . . . . .	305
1.456	– Autos extraviados no tribunal . . . . .	306

1.457	– Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos . . . . .	306
<b>Capítulo LXV – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio</b>		
§ 214	– Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458	– Conceito . . . . .	309
1.459	– Procedimento da execução do preço . . . . .	309
1.460	– Procedimento da recuperação da própria coisa . . . . .	310
<b>Capítulo LXVI – O Juízo Arbitral</b>		
§ 215	– Procedimento da Arbitragem	
1.461	– O juízo arbitral no direito brasileiro. . . . .	315
1.462	– Disposições gerais . . . . .	316
1.463	– Convenção de arbitragem . . . . .	317
1.464	– Cláusula compromissória. . . . .	317
1.465	– Requisitos da cláusula compromissória . . . . .	318
1.466	– Execução da cláusula compromissória . . . . .	318
1.467	– Autonomia da cláusula compromissória . . . . .	319
1.468	– Compromisso arbitral . . . . .	320
1.469	– Extinção do compromisso arbitral . . . . .	321
1.470	– Os árbitros . . . . .	321
1.471	– O procedimento . . . . .	322
1.472	– Medidas cautelares. . . . .	323
1.472-a	– Sentença arbitral . . . . .	324
1.472-b	– Requisitos da sentença arbitral . . . . .	324
1.472-c	– Recursos . . . . .	324
1.472-d	– Nulidade da sentença arbitral . . . . .	325
1.472-e	– Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras . . . . .	326
1.472-f	– Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro. . . . .	327
<b>Capítulo LXVII – Ação monitória</b>		
§ 216	– Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473	– Intróito . . . . .	331
1.474	– Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo . . . . .	331
1.475	– Em que consiste o procedimento monitório . . . . .	332
§ 217	– A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476	– Condições de admissibilidade da ação monitória . . . . .	335
1.477	– O procedimento monitório brasileiro. . . . .	335
1.478	– Objeto. . . . .	337
1.479	– Legitimidade ativa . . . . .	337
1.480	– Legitimidade passiva . . . . .	338
1.481	– Prova . . . . .	339
1.482	– Procedimento . . . . .	340
1.483	– Embargos à ação monitória . . . . .	341
1.484	– Coisa julgada . . . . .	342

**Parte XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS  
DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

**Capítulo LXVIII – Jurisdição Voluntária**

§ 218	– Generalidades	
1.485	– Intróito . . . . .	347
1.486	– Iniciativa do procedimento e participação dos interessados . . . . .	348



1.487	-- A função do juiz. . . . .	349
1.488	-- Procedimentos . . . . .	349

### Capítulo LXIX -- Alienações Judiciais

§ 219	-- Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489	-- Alienações judiciais . . . . .	353
1.490	-- Alienações cautelares. . . . .	353
1.491	-- Iniciativa da medida. . . . .	354
1.492	-- Casos de alienação judicial expressos em lei. . . . .	354
1.493	-- Leilão . . . . .	354
1.494	-- Avaliação prévia. . . . .	355
1.495	-- Publicidade. . . . .	356
1.496	-- Arrematação . . . . .	356
1.497	-- Destino do produto da alienação . . . . .	356
1.498	-- Custódia do produto. . . . .	357
1.499	-- Outros bens alienáveis judicialmente. . . . .	357
1.500	-- Bens indivisíveis em inventário e partilha. . . . .	357
1.501	-- Bens de órfãos . . . . .	358
1.502	-- Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio. . . . .	358
1.503	-- Alienação irregular do bem comum indivisível. . . . .	360
1.504	-- Procedimento especial da adjudicação. . . . .	360

### Capítulo LXX -- Separação Consensual

§ 220	-- Procedimento da Separação Consensual	
1.505	-- Noções introdutórias . . . . .	365
1.506	-- Natureza jurídica . . . . .	365
1.507	-- Requisitos. . . . .	366
1.508	-- Legitimação . . . . .	366
1.509	-- Competência . . . . .	366
1.510	-- Petição inicial. . . . .	366
1.511	-- Procedimento . . . . .	368
1.512	-- Sentença de homologação . . . . .	369
1.513	-- Reconciliação do casal. . . . .	369
1.514	-- Revisão e rescisão do acordo de separação . . . . .	370

### Capítulo LXXI -- Testamentos e Codicilos

§ 221	-- Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515	-- Objetivo do procedimento . . . . .	373
1.516	-- Competência . . . . .	374
1.517	-- Procedimento . . . . .	374
1.518	-- Sentença . . . . .	375
1.519	-- Efeitos . . . . .	375
1.520	-- Busca e apreensão . . . . .	375
1.521	-- Testamento público . . . . .	375
1.522	-- Testamento particular. . . . .	376
1.523	-- Procedimento . . . . .	376
1.524	-- Testamentos marítimo e militar e codicilo. . . . .	377
1.525	-- Testamenteiro . . . . .	377

### Capítulo LXXII -- Herança Jacente

§ 222	-- Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526	-- Conceito moderno de jacência da herança. . . . .	381

1.527	– Competência .....	382
1.528	– Legitimação .....	382
1.529	– Procedimento .....	382
1.530	– A administração da herança jacente .....	383
1.531	– Habilitação .....	384
1.532	– Declaração de vacância .....	384

#### Capítulo LXXIII – Bens de Ausente

§ 223	– Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533	– Ausência .....	387
1.534	– Pressupostos .....	387
1.535	– Competência .....	387
1.536	– Fases do procedimento .....	388
1.537	– Procedimento da primeira fase .....	388
1.538	– Procedimento da sucessão provisória .....	388
1.539	– Conversão da sucessão provisória em definitiva .....	389

#### Capítulo LXXIV – Coisas Vagas

§ 224	– Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540	– Conceito .....	393
1.541	– Legitimação .....	393
1.542	– Competência .....	393
1.543	– Cabimento .....	394
1.544	– Procedimento .....	394

#### Capítulo LXXV – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 225	– Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545	– Natureza jurídica da interdição .....	397
1.546	– Legitimado passivo .....	397
1.547	– Competência .....	398
1.548	– Legitimidade para promover a interdição .....	398
1.549	– Petição inicial .....	399
1.550	– Procedimento .....	399
1.551	– Sentença .....	400
1.552	– Eficácia da sentença sobre atos do interditando .....	400
1.553	– Rescisória .....	401
1.554	– Levantamento da interdição .....	401
1.555	– Investidura dos curadores .....	401
1.556	– Remoção de curador .....	402
1.557	– Disposições comuns à nomeação de tutor e curador .....	402

#### Capítulo LXXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 226	– Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558	– Conceito de fundação .....	405
1.559	– Procedimento da instituição da fundação .....	405
1.560	– Estatutos confiados à elaboração de terceiro .....	406
1.561	– Alteração do estatuto .....	406
1.562	– Extinção da fundação .....	407

#### Capítulo LXXVII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 227	– Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563	– Conceito de hipoteca legal .....	411

1.564	– Competência	412
1.565	– Legitimação	412
1.566	– Procedimento	412
1.567	– Bens insuficientes	413
1.568	– Especialização negocial	413
1.569	– Eficácia da hipoteca	413

## PARTE XVIII – JUIZADO ESPECIAL CIVIL

### Capítulo LXXVIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 228	– Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570	– Inrôito	417
1.571	– Juizado especial ou juizado de pequenas causas?	418
1.572	– O juizado especial civil	419
1.573	– Criação do juizado especial	420
1.574	– Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	420
1.575	– Princípios informativos	420
1.576	– Princípio da oralidade	421
1.577	– Outros critérios informativos do procedimento do juizado especial	422
1.578	– Conciliação	422
1.579	– A facultatividade do juizado especial	423
§ 229	– O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580	– Competência	425
1.581	– Foro competente	425
1.582	– Competência para execução forçada	426
1.583	– Limitações à competência	426
1.584	– O órgão judicante	426
1.585	– Distribuição de funções: tarefa do juiz	427
1.586	– Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	427
1.587	– O juízo arbitral	428
§ 230	– Partes	
1.588	– Legitimação <i>ad causam</i>	430
1.589	– Legitimação <i>ad processum</i>	430
1.590	– Litisconsórcio e intervenção de terceiros	431
1.591	– Intervenção do Ministério Público	431
§ 231	– Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592	– Os atos processuais e sua forma	432
1.593	– O procedimento	432
1.594	– A propositura da ação	433
1.595	– Citações e intimações	433
1.596	– Requisitos da citação	434
1.597	– Intimações	434
1.598	– A audiência de conciliação, instrução e julgamento	434
1.599	– A resposta do réu	435
1.600	– As provas	436
§ 232	– A Sentença e os Recursos	
1.601	– A sentença	437

1.602	– Recursos . . . . .	437
1.603	– Extinção do processo . . . . .	439
§ 233	– Execução e Disposições Especiais	
1.604	– Execução forçada . . . . .	441
1.605	– As despesas processuais no juizado especial civil . . . . .	442
1.606	– Curadorias e assistência judiciária . . . . .	443
1.607	– Acordos extrajudiciais . . . . .	443
1.608	– Ação rescisória . . . . .	443
1.609	– Disposições finais sobre a organização dos juzizados especiais . . . . .	443
<i>Bibliografia</i> . . . . .		447
<i>Índice Onomástico</i> . . . . .		453
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i> . . . . .		457
<i>Índice dos Fluxogramas</i> . . . . .		473

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO NA

**GRÁFICA FORENSE**

AV. GUILHERME MAXWELL, 234

TELS.: 564-5743 - 590-6640

BONSUCESSO - RIO DE JANEIRO